



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo nº 126/2025
Contrato nº 018/2025

Contrato administrativo de prestação de serviços que entre si celebram o Fundo Municipal de Educação do Município de Joviânia/GO e a empresa WR TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME.

CONTRATANTE – O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOVIÂNIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida JK nº. 757, Planta Municipal, inscrito no CNPJ sob o nº 45.422.004/0001-04, neste ato representado por sua Gestora Municipal Sr.^a CÍLIA MARCIA SILVA FERREIRA, brasileira, portadora do CPF nº 588.908.741-04, residente e domiciliada na Rua Minas Gerais, Qd.15, na cidade de Joviânia, Estado de Goiás, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA – A empresa WR TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.193.512/0001-36, com sede administrativa na Avenida Jaó, nº 32, Quadra 05, Lote 03, Residencial Boa Vista, Joviânia-GO, neste ato legalmente representada por seu (a) Sócio/Proprietário (a), o (a) Sr. (a) Wilkerson Ribeiro de Freitas, portador da CNH nº 04402587518 Detran/Go, onde consta o RG nº: 5523387 SSP/Go e inscrito no CPF: nº 034.446.241-23, domiciliado na Cidade de Joviânia/Go;

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente instrumento contratual fundamenta-se no Processo nº 126/2025, Dispensa de Licitação, com base na Lei 14.133/21 e demais normas regulamentadores aplicáveis, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, gratuito, de alunos da rede pública municipal, dentro da circunscrição do município de joviânia/go, zona urbana e rural, por km rodado, com motorista, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme especificações abaixo:

ITEM/LINHA	TURNO	PONTOS DO PERCURSO/ROTA	KM ESTIMATIVA EM DIAS LETIVOS	TIPO DE ROTA	VEÍCULO	TOTAL DE KM/DIAS LETIVOS 2025	VEICULO/ CAPACIDADE MÍNIMA DE PASSAGEIROS	ESTIMATIVA DE ALUNOS
1	Matutino e Vespertino	Saindo da Fazenda Gavel passando pela Vargem das flores, lagoa dos patos, Marcelo Oliveira, Freira, Fazendinha, Zé Gomes, Antônio de Brito 1 e 2 em destino as escolas do Município de Joviânia-Goiás	261 KM	Vicinal	VAN	20	8	15



ADM: 2025- 2028

PREFEITURA DE
JOVIÂNIA
O SER HUMANO EM PRIMEIRO LUGAR

2	Matutino e Vespertino	Saindo da Fazenda Bom Sucesso passando por Capão Alto, Ipiranga, Boa Esperança, São João 1 e 2, Fazenda Bonança, Aredinho e Genipapo em destino as escolas do Município de Joviânia-Goiás	285 KM	Vicinal	VAN	20	8	15
3	Matutino e Vespertino	Saindo do Córrego Fundo, Estiva, Bom Sucesso, Fortaleza, Leo, Canadá, Tio Tide, Hildeu e Horéstio Jorge em destino as escolas do Município de Joviânia-Goiás	250 km	Vicinal	KOMBI	20	8	15
4	Matutino e Vespertino	Saindo da Fazenda Santa Bárbara, passando por, Cavalo Morto, Laranja Azeda, Venda Seca, Rio do Peixe, Almida, Joaquim Teixeira, Silvio do Aredin e Zé Bá em destino as escolas do Município de Joviânia-Goiás	245 Km	Vicinal	VAN	20	8	15
5	Matutino e Vespertino	Saindo da Fazenda Catingueira passando pela Candiúba, Silvio Marica, Serra das Tias, José Bento, Peron, Ressaca, Veneza e União Agrícola em destino as escolas do Município de Joviânia-Goiás	252 Km	Vicinal	VAN	20	8	15
6	Matutino e Vespertino	Saindo de Guariândia passando pela Fazenda do Bagim, Fazenda do Romeu Parreira, Tião do Jairo, Planura, Iron Pires, Omar, Silvio do Candenor e Novo Horizonte em destino as escolas do Município de Joviânia-Goiás	250 Km	Vicinal	KOMBI	20	8	15



7	Matutino e Vespertino	Saindo da Fazenda São João 1 e 2, passando por, Patrimônio, Clésio Babu, Natal, Manassés, Milton do Aredin, Marcelo Mendes, Gilberto Loló 1 e 2, Nego Protásio, Jair Caetano e Armazém Bandeirantes em destino as escolas do Município de Joviânia-Goiás	275 Km	Vicinal	VAN	20	8	15
8	Matutino e Vespertino	Saindo do Córrego Fundo passando por Fazenda Bom Sucesso, Johnny 1 e 2, Rodrigo Ataguille, Vinicius Cândido, Tico Mariane e Sucupira em destino as escolas do Município de Joviânia-Goiás	230 Km	Vicinal	KOMBI	20	8	15

2.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

2.2.2. A Proposta do Contratado; e

2.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da data de 24 de janeiro de 2025, até 30 de junho de 2025, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021;

3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

4.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. Preço

6.1.1. O valor total da contratação é de R\$ 820.820,00 (Oitocentos e Vinte Mil, Oitocentos e Vinte Reais), conforme planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DA ROTA	TURNO	TIPO DE VEÍCULO	KM DIA	TOTAL DE KM/DIAS LETIVOS 2025	VALOR KM R\$	VALOR TOTAL R\$
------	-------------------	-------	-----------------	--------	-------------------------------	--------------	-----------------



PREFEITURA DE
JOVIÂNIA
O SER HUMANO EM PRIMEIRO LUGAR

01	ROTA 001 Saindo da Fazenda Gavel passando pela Vargem das flores, lagoa dos patos, Marcelo Oliveira, Freira, Fazendinha, Zé Gomes, Antônio de Brito 1 e 2 em destino as escolas do Município de Joviânia - Goiás	Matutino e Vespertino	VAN (Com estimativa de transportar 15 alunos)	261 KM	Média 20 dias letivos dentro de cada mês. KM's mensais: 5.220 Média dos 110 dias do primeiro semestre: 28.710 kms	R\$ 4,00	Média Mensal R\$ 20.880,00 Média dos 110 dias do primeiro semestre R\$ 114.840,00
02	ROTA 002 Saindo da Fazenda Bom Sucesso passando por Capão Alto, Ipiranga, Boa Esperança, São João 1 e 2, Fazenda Bonança, Aredinho e Genipapo em destino as escolas do Município de Joviânia-Goiás	Matutino e Vespertino	VAN (Com estimativa de transportar 15 alunos)	285 KM	Média 20 dias letivos dentro de cada mês. KM's mensais: 5.700 Média dos 110 dias do primeiro semestre 31.350 kms	R\$ 4,00	R\$ Média Mensal R\$ 22.800,00 Média dos 110 dias do primeiro semestre R\$ 125.400,00
03	ROTA 003 Saindo do Córrego Fundo, Estiva, Bom Sucesso, Fortaleza, Leo, Canadá, Tio Tide, Hildeu e Horéstio Jorge em destino as escolas do Município de Joviânia-Goiás	Matutino e Vespertino	KOMBI (Com estimativa de transportar 15 alunos)	250 KM	Média 20 dias letivos dentro de cada mês. KM's mensais: 5.000 Média dos 110 dias do primeiro semestre 27.500 kms	R\$ 3,00	R\$ Média Mensal R\$ 15.000,00 Média dos 110 dias do primeiro semestre R\$ 82.500,00
04	ROTA 004 Saindo da Fazenda Santa Bárbara, passando por Cavalo Morto, Laranja Azeda, Venda Seca, Rio do Peixe, Almida, Joaquim Teixeira, Silvio do Aredin e Zé Bã em destino as escolas do Município de Joviânia-Goiás	Matutino e Vespertino	VAN (Com estimativa de transportar 15 alunos)	245 KM	Média 20 dias letivos dentro de cada mês. KM's mensais: 4.900 Média dos 110 dias do primeiro semestre 26.950 kms	R\$ 4,00	R\$ Média Mensal R\$ 19.600,00 Média dos 110 dias do primeiro semestre R\$ 107.800,00
05	ROTA 005 Saindo da Fazenda Catingueira passando pela Candiúba, Silvio Marica, Serra das Tias, José Bento, Peron, Ressaca, Veneza e União Agrícola em destino as escolas do Município de Joviânia - Goiás	Matutino e Vespertino	VAN (Com estimativa de transportar 15 alunos)	252 KM	Média 20 dias letivos dentro de cada mês. KM's mensais: 5.040 Média dos 110 dias do primeiro semestre 27.720 kms	R\$ 4,00	R\$ Média Mensal R\$ 20.160,00 Média dos 110 dias do primeiro semestre R\$ 110.880,00



PREFEITURA DE
JOVIÂNIA
O SER HUMANO EM PRIMEIRO LUGAR

06	ROTA 006 Saindo de Guarilândia passando pela Fazenda do Bagim, Fazenda do Romeu Parreira, Tião do Jairo, Planura, Iron Pires, Omar, Sílvio do Candenor e Novo Horizonte em destino as escolas do Município de Joviânia - Goiás	Matutino e Vespertino	KOMBI (Com estimativa de transportar 15 alunos)	250 KM	Média 20 dias letivos dentro de cada mês. KM's mensais: 5.000 Média dos 110 dias do primeiro semestre 27.500 kms	R\$ 3,00	R\$ Média Mensal R\$ 15.000,00 Média dos 110 dias do primeiro semestre R\$ 82.500,00
07	ROTA 007 Saindo da Fazenda São João 1 e 2, passando por, Patrimônio, Clésio Babu, Natal, Manassés, Milton do Aredin, Marcelo Mendes, Gilberto Loló 1 e 2, Nego Protásio, Jair Caetano e Armazém Bandeirantes em destino as escolas do Município de Joviânia - Goiás	Matutino e Vespertino	VAN (Com estimativa de transportar 15 alunos)	275 KM	Média 20 dias letivos dentro de cada mês. KM's mensais: 5.500 Média dos 110 dias do primeiro semestre 30.250 kms	R\$ 4,0	R\$ Média Mensal R\$ 22.000,00 Média dos 110 dias do primeiro semestre R\$ 121.000,00
08	ROTA 008 Saindo do Córrego Fundo passando por Fazenda Bom Sucesso, Johnny 1 e 2, Rodrigo Ataguille, Vinicius Cândido, Tico Mariane e Sucupira em destino as escolas do Município de Joviânia - Goiás	MATUTINO	KOMBI (Com estimativa de transportar 15 alunos)	230 KM	Média 20 dias letivos dentro de cada mês. KM's mensais: 4.600 Média dos 110 dias do primeiro semestre 25.300 kms	R\$ 3,00	R\$ Média Mensal R\$ 13.800,00 Média dos 110 dias do primeiro semestre R\$ 75.900,00

6.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.2. Forma de Pagamento

- 6.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária para crédito nos seguintes dados: Banco do Brasil, Agência: 3681-1, Conta Corrente: 12.738-8, CNPJ: 40.193.512/0001-36.
- 6.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3. Prazo de Pagamento

- 6.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias contados da liquidação da nota fiscal;
- 6.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência;
- 6.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado;
- 6.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e



- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;
- 6.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- 6.4.6. Constatando-se a situação de irregularidade fiscal do contratado, será providenciada sua notificação para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- 6.4.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 6.4.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;
- 6.4.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua regularidade fiscal;
- 6.4.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
6.4.10.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS REAJUSTES

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **15 de janeiro de 2025**;
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulado entre os últimos 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes;
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar o Contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo



- Contratado;
- 8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 8.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**
- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;
- 9.1.2. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato;
- 9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.6. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, sempre que solicitado, sempre que emitir a Nota Fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da entrega;
- 9.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



- 9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 9.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado;
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres;
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
 - a) *der causa à inexecução parcial do contrato;*
 - b) *der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*
 - c) *der causa à inexecução total do contrato;*
 - d) *deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*
 - e) *não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente*



ADM: 2025- 2028

PREFEITURA DE

JOVIÂNIA

O SER HUMANO EM PRIMEIRO LUGAR

justificado;

- f) *não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;*
 - g) *ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;*
 - h) *apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;*
 - i) *fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
 - j) *comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*
 - k) *praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;*
 - l) *praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*
- 12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 12.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- 12.2.4. **Multa:**
- 12.2.4.1. *Moratória de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, conforme dispõe o inciso §3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021;*
 - 12.2.4.2. *O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º);
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);
- 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a) *a natureza e a gravidade da infração cometida;*
 - b) *as peculiaridades do caso concreto;*
 - c) *as circunstâncias agravantes ou atenuantes;*
 - d) *os danos que dela provierem para o Contratante; e*
 - e) *a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.*
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos



- mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
- 12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);
- 12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**
- 13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;
- 13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;
- 13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação;
- 13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- 13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;
- 13.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;
- 13.2.2.1. *Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.*
- 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**
- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal deste exercício, na dotação a seguir discriminada: 13.01.12.361.0407.2043.3.3.90.39.14.
- 14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**
- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
- 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**
- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;
- 16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato;
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples



PREFEITURA DE
JOVIÂNIA
O SER HUMANO EM PRIMEIRO LUGAR

apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO (art. 92, §1º)

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Joviânia/GO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Joviânia/GO, 24 de janeiro de 2025.


FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOVIÂNIA

CNPJ sob o nº 45.422.004/0001-04

CÍLIA MARCIA SILVA FERREIRA

CPF nº 588.908.741-04



WR TRANSPORTES E TURISMO LTDA – ME

CNPJ sob o nº 40.193.512/0001-36

Wilkerson Ribeiro de Freitas

CPF: nº 034.446.241-23

Testemunhas:

- 1) Nome: 
CPF: 075.920.921-46
- 2) Nome:
CPF: